



Relatório e Contas

Banco BIC Tesouraria Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Fundo Harmonizado

30 de junho de 2017

Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

Sede: Largo Duque Cadaval, nº 17 – 1º Andar, fração J, 1200-160 Lisboa
Telefone: +351 214 200 530 • Fax: +351 214 200 559

Capital Social: 1.206.000 euros

Número único de registo e de pessoa coletiva: 506 292 622

www.dunascap.com

www.eurobic.pt

1. CARACTERIZAÇÃO DO FUNDO

1.1. HISTORIAL E OBJETIVO DO FUNDO

Em 30 de junho de 2017 a denominação do fundo era “Banco BIC Tesouraria – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto” que, após deliberação do Conselho de Administração da CMVM de 27 de Julho de 2017, foi alterada passando a denominar-se “EuroBic Tesouraria – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto”, adiante designado por “Fundo”.

A sua constituição foi autorizada por deliberação do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 9 de dezembro de 2010, por tempo indeterminado, tendo iniciado a sua atividade em 10 de janeiro de 2011.

Constituiu-se como um Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Tesouraria, tendo desde o dia 9 de setembro de 2013 assumido a forma de Fundo de Investimento Mobiliário Aberto nos termos do nº2 do artº 2º do Regulamento da CMVM nº 5/2013.

O Fundo é administrado pela Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A. e a entidade depositária dos valores mobiliários do Fundo é o Banco BIC Português, S.A..

As entidades comercializadoras são a Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A., na sua sede no Largo Duque de Cadaval nº 17 – 1º andar, fração J em Lisboa, o depositário, Banco BIC Português S.A., na sua sede na Avenida António Augusto de Aguiar nº 132, em Lisboa, bem como nos seus balcões e centros de empresa, o Best – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A., nos Centros de Investimento BEST que são agências do Banco BEST e através dos canais de comercialização à distância: por Internet através do sítio www.bancobest.pt e por serviço telefónico 707 246 707 e o Banco Invest, S.A., na sua sede na Av. Engº Duarte Pacheco, Torre 1, 11º andar, em Lisboa, através dos seus balcões e através do site www.bancoinvest.pt para os clientes que tenham aderido a este serviço.

O Fundo tem como principal objetivo proporcionar aos seus participantes o acesso a uma carteira de ativos de curto prazo procurando um nível de rentabilidade próximo das taxas de juro dos mercados monetários, através do investimento em instrumentos de baixa volatilidade e de curto prazo.

O Fundo foi inicialmente constituído por unidades de participação denominadas em Euro. No entanto foi autorizada por deliberação do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 7 de setembro de 2011, a categorização das unidades de participação passando o Fundo a ser constituído por duas categorias:

- Categoria A – denominada em Euros;
- Categoria B – denominada em Dólares dos Estados Unidos.

A comercialização das unidades de participação da Categoria B iniciou-se no dia 13 de setembro de 2011.

O valor inicial da unidade de participação da Categoria B resultou da conversão do valor da unidade de participação da Categoria A ao *fixing* do câmbio EUR/USD do dia 13 de setembro de 2011.

As unidades de participação da Categoria A e as unidades de participação da Categoria B podem apresentar valorizações distintas, em virtude de existirem custos e proveitos especificamente relacionados com cada uma dessas categorias. A diferença na valorização das duas categorias de unidades de participação reside, fundamentalmente, na cobertura de risco cambial que é realizada nas unidades de participação da Categoria B, denominadas em Dólares dos Estados Unidos.

Assim, todos os custos e proveitos relacionados com a referida cobertura do risco cambial são imputados especificamente às unidades de participação da Categoria B, para efeitos de valorização das mesmas.

1.2. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Fundo investe em instrumentos de baixa volatilidade e de curto prazo designadamente depósitos, bilhetes do tesouro, papel comercial, obrigações e outros instrumentos de dívida.

O Fundo tem de deter, em permanência, entre 50% e 85% do seu valor líquido global em valores mobiliários, instrumentos do mercado monetário e em depósitos bancários com prazo de vencimento residual inferior a 12 meses, não podendo os depósitos bancários exceder 50% do valor líquido global do Fundo.

Está vedado ao Fundo o investimento em: i. Ações; ii. Obrigações convertíveis ou obrigações que confiram o direito de subscrição de ações ou de aquisição a outro título de ações; iii. Títulos de dívida subordinada; iv. Títulos de participação; v. Instrumentos financeiros derivados com finalidade diversa de cobertura de risco; e vi. Unidades de participação de OICVM cujo regulamento de gestão não proíba o investimento nos ativos referidos nos pontos anteriores.

O Fundo poderá investir os seus capitais em instrumentos denominados em divisas diferentes do euro, desde que, em simultâneo, efetue a cobertura do risco cambial através de instrumento adequado.

Para as unidades de participação denominadas em dólares dos Estados Unidos (Categoria B) efetuar-se-á a cobertura do respetivo risco cambial através de instrumento adequado.

Em termos de investimento o Fundo não privilegiará setores económicos ou países específicos, nem se encontram definidas regras sobre a incidência geográfica dos seus investimentos.

A política de investimento mantém-se inalterada desde a constituição do Fundo.

1.3. PERFIL DO INVESTIDOR

O Fundo adequa-se a clientes conservadores que queiram efetuar aplicações com baixo risco e elevada liquidez.

1.4. BENCHMARK (PARÂMETRO DE REFERÊNCIA)

O Fundo não adota qualquer parâmetro de referência.

1.5. POLÍTICA DE EXECUÇÃO DE OPERAÇÕES E TRANSMISSÃO DE ORDENS

A sociedade gestora encontra-se sujeita ao dever de assegurar as melhores condições na execução de todas as operações, tomando sempre em consideração todos os fatores considerados relevantes para se assegurar o melhor resultado possível para o Fundo.

1.6. VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Os ativos encontram-se valorizados de acordo com as regras de valorimetria estabelecidas no ponto 3.2. do Capítulo II do Prospeto do Fundo, as quais se encontram descritas na Nota 4 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

1.7. CONDIÇÕES DE INVESTIMENTO

O montante mínimo de subscrição foi, até 19 de agosto de 2013, de 1.000 EUR para as unidades de participação da categoria A e de 1.000 USD para as unidades de participação da categoria B.

Após esta data estes montantes foram reduzidos por forma a aproximar o seu valor ao praticado por outros concorrentes no mercado.

A comissão de gestão anual é de 0,75% (taxa nominal) tendo a entidade gestora aprovado, transitoriamente, a sua redução para 0.5% (taxa nominal). Esta alteração iniciou-se no dia 1 de novembro de 2015 e prolongar-se-á, pelo menos, até ao dia 30 de setembro de 2017.

A comissão de depositário anual é de 0.125% (taxa nominal) tendo a entidade gestora aprovado, transitoriamente, a sua redução para 0.10% (taxa nominal). Esta alteração iniciou-se no dia 1 de novembro de 2015 e prolongar-se-á, pelo menos, até ao dia 30 de setembro de 2017.

As condições presentemente em vigor são as que seguidamente se apresentam:

Condições de Investimento em 30 de junho de 2017	
Subscrição inicial	
Categoria A - EUR	500 EUR
Categoria B - USD	500 USD
Investimentos adicionais	
Categoria A - EUR	100 EUR
Categoria B - USD	100 USD
Prazo Liq. Subscrição	D+1
Prazo Liq. Resgate	D+3

Comissões			
Subscrição	0%	Gestão	0,50%
Resgate	0%	Depositário	0,10%

2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DO FUNDO

2.1. ECONOMIA E MERCADOS

No primeiro semestre de 2017 assistiu-se a uma aceleração da economia mundial, com as projeções do FMI a apontarem para um crescimento de 3,5% no final do ano. Este resultado foi impactado por um ligeiro abrandamento nos EUA e por uma aceleração na economia da Eurozona, Japão e China.

Nos EUA o primeiro semestre fica fortemente marcado por um ambiente de elevada incerteza política resultado de um conjunto situações: i) despedimento do diretor do FBI; ii) investigação à influência russa nas eleições americanas; e iii) desastrosa política de comunicação da administração Trump que levantou dúvidas sobre a sua capacidade de efetuar o tão prometido corte de impostos e regulação.

Apesar da instabilidade política, do ligeiro abrandamento da economia, da dificuldade da inflação atingir o objectivo de 2%, o desemprego continua a diminuir e a FED subiu a taxa de referência 2 vezes em 0,25% ao longo do semestre.

Na Europa assistiu-se a um aliviar do risco político com a vitória do centro direita na Holanda e principalmente com a vitória convincente do centrista e pró-UE Emmanuel Macron nas eleições presidenciais e legislativas francesas que permitiu uma recuperação positiva da economia e dos mercados.

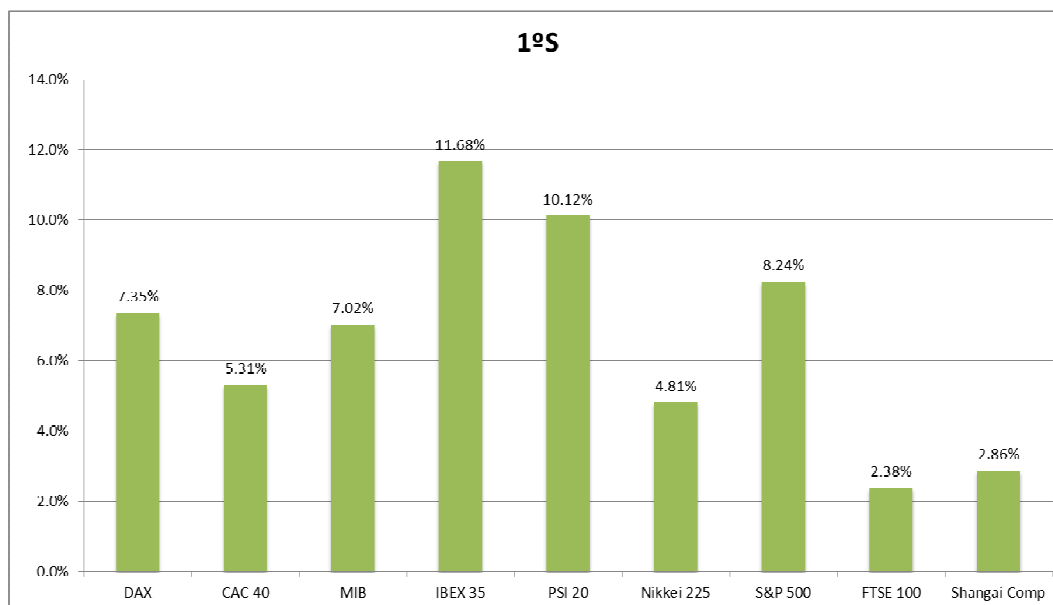
Apesar da inflação ter ficado abaixo do objetivo dos bancos centrais nos principais blocos, o mercado e os bancos centrais parecem menos preocupados com um cenário de deflação continuada de preços.

A expectativa da reforma fiscal e regulatória nos EUA, o diminuir dos riscos políticos na Eurozona, a inflação controlada, os dados económicos mais fortes e bons resultados das empresas impulsionaram o mercado para retornos particularmente fortes permitindo um primeiro semestre do ano muito positivo para o mercado acionista.

A recuperação, que teve o seu início depois do mínimo de fevereiro de 2017, levou os índices a subidas consideráveis e no caso dos índices norte-americanos a máximos históricos. O S&P 500 subiu 8,24%, o Dow Jones 7,98% e o Nasdaq 16,71%.

Na Europa também os índices fecharam o semestre positivos com o DAX a subir 7,35%, o CAC a subir 5,31%, o MIB a subir 7,02% e o IBEX 11,68%. O FTSE 100 subiu 2,38% apesar do despoletar do artigo 50 que inicia o processo de saída de União Europeia por parte do Reino Unido.

Retorno anual dos índices de ações

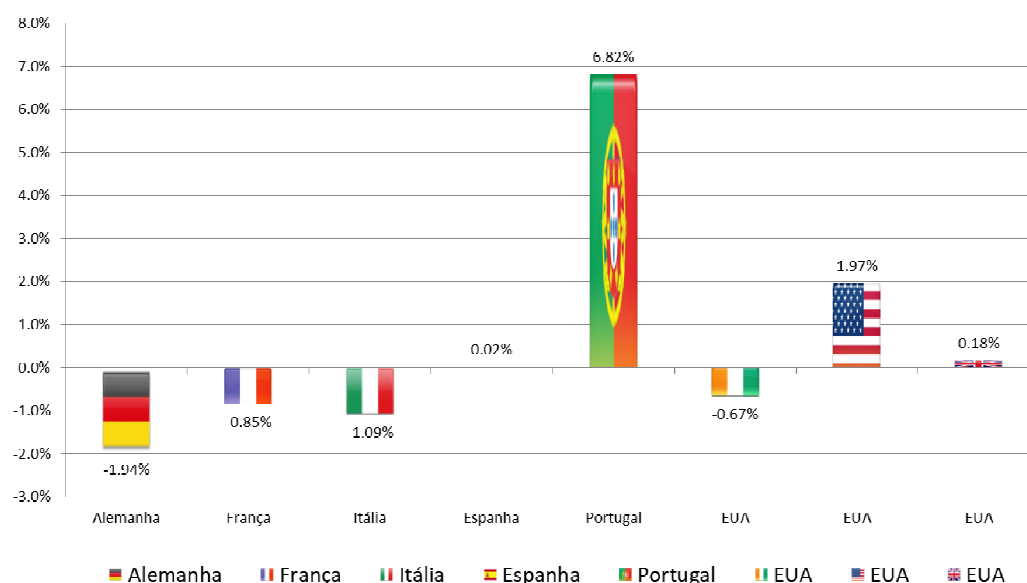


Fonte: Bloomberg

O mercado de obrigações voltou a ter um semestre marcado pela instabilidade. Por um lado a yield dos Treasuries a 10 anos caiu de 2,46% para 2,30% movimento esse que aconteceu após o chumbo da Affordable Care Act em Março. A yield dos 10 anos alemães subiu de 0,20% para 0,46% apesar de ao longo semestre ter tido muita volatilidade oscilando, diversas vezes, entre perto do máximo de 0,46% e mínimo de 0,16%.

Na dívida periférica de destacar o estreitamento de quase 100 bps do spread entre os 10 anos alemães e os 10 anos portugueses.

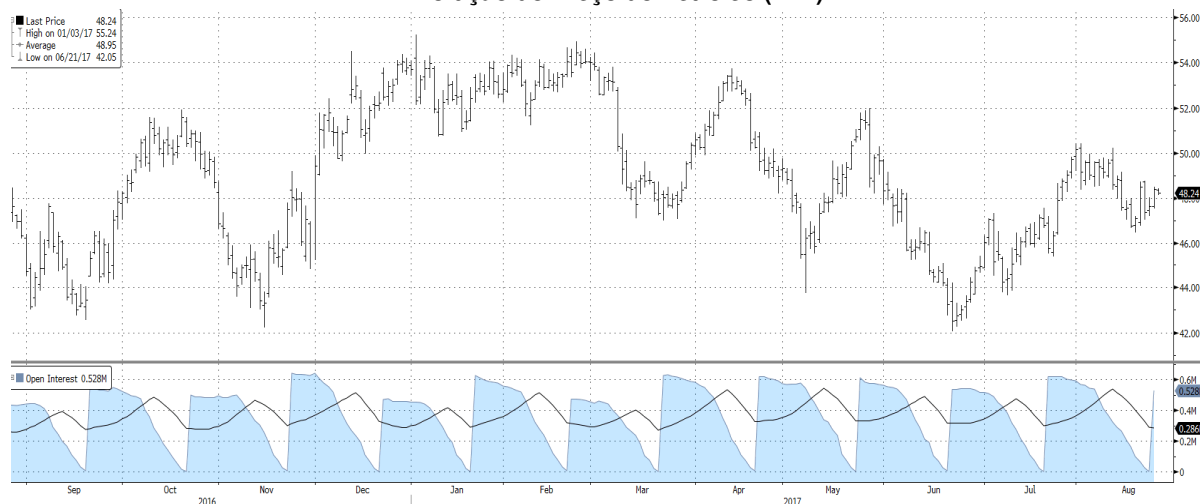
Retorno absoluto dos índices de obrigações do tesouro com maturidades superior a 1 ano



Fonte: Bloomberg

A subida do preço do petróleo no ano anterior não se mostrou resiliente, apesar do corte de produção da OPEC e do gradual mas lento reequilíbrio do mercado o WTI voltou a corrigir quase 20% ao longo do semestre.

Evolução do Preço do Petróleo (WTI)



Fonte: Bloomberg

O Euro valorizou 8,64% contra o dólar norte-americano beneficiando de um alívio do risco político e desmembramento da União Europeia, após as eleições francesas, ao mesmo tempo que as dúvidas sobre a capacidade da administração Trump levar por diante as suas promessas se intensificou. A perspectiva que o programa de Quantitative Easing do Banco Central Europeu comece a ter um fim à vista também ajudou a fortalecer a moeda europeia.

Evolução do Dólar Norte Americano em relação aos Principais Parceiros Comerciais (Índice DXY)



Fonte: Bloomberg

2.2. POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO

A estratégia de gestão do Fundo manteve-se, baseada numa elevada componente de depósitos à ordem remunerados, depósitos a prazo e de papel comercial (ativos de curto prazo), como forma de controlar o nível de volatilidade e de aproveitar remunerações interessantes face ao nível de risco assumido. Este núcleo central de instrumentos de curto prazo é complementado com ativos de vida residual até dez anos, que, embora introduzam um pouco de risco de mercado, apresentam uma boa relação risco / retorno, permitindo assim aumentar ligeiramente as rentabilidades esperadas sem pôr em causa o adequado nível de risco global da carteira. No entanto, dado que a maior parte dos ativos em carteira com maturidades mais longas era essencialmente de taxa fixa, foi decidido, desde 2014, utilizar-se de forma ativa posições de cobertura através de futuros sobre obrigações alemãs.

A contínua redução da remuneração dos depósitos a prazo na generalidade das instituições bancárias tem levado a um aumento gradual da concentração em algumas contrapartes. A 30 de junho de 2017 o Fundo detinha depósitos a prazo, e depósitos à ordem remunerados, em cinco instituições financeiras de cinco grupos bancários distintos.

A exposição a dívida pública Portuguesa ou equiparada no início do ano era de 6,17% incluindo empresas públicas.

A exposição aos restantes países periféricos era significativa mas de curto prazo (inferior a 5 meses), com o total entre Itália e Espanha a perfazer aproximadamente 18,43% do Fundo. Incluindo regiões Espanholas a exposição era de 21,31%.

Ao longo do primeiro semestre, o Fundo manteve um nível elevado de liquidez, aumentou a exposição a depósitos a prazo e manteve a exposição a papel comercial muito perto dos níveis de final de 2016, com o intuito de manter a volatilidade do Fundo baixa. A exposição a obrigações de taxa variável sofreu um aumento ligeiro.

Face à escassez de oportunidades, a equipa de gestão decidiu aumentar ligeiramente a concentração em alguns dos emitentes em carteira, os quais acredita que ainda apresentam uma relação de risco / retorno interessante face às atuais alternativas. No entanto, a falta de alternativas, dado o elevado montante de dívida, pública e privada, que transacionava no final do semestre com taxas de juro negativas, levou-nos a continuar a optar por utilizar os depósitos à ordem como alternativa, sempre que possível de forma remunerada, e a reduzir a exposição a emitentes *corporate*.

A 30 de junho o Fundo tinha 32,01% em depósitos a prazo, 12,50% em depósitos à ordem, 33,36% em dívida pública, 7,94% em quasi-sovereign, 9,04% em dívida *corporate* e 5,15% papel comercial.

2.3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DO FUNDO

Em 30 de junho de 2017, o montante sob gestão do Fundo ascendia a 28.134.520 EUR, sendo o valor da unidade de participação da categoria A de 5,8568 EUR e de 7,8482 USD para a categoria B.

As unidades de participação em circulação das categorias A e B eram respetivamente 4.459.654 e 292.994.

No quadro seguinte apresenta-se a demonstração do património do fundo com referência a 30 de junho de 2017:

Rubrica	Montante
Valores mobiliários	15.415.984 €
SalDOS bancários	13.080.721 €
Outros Ativos	212.357 €
Total Ativos	28.709.062 €
Passivo	574.542 €
Valor Líquido do Inventário	28.134.520 €

No que se refere às unidades de participação em circulação e seu correspondente valor unitário, de seguida apresenta-se quadro com a sua evolução mensal no ano de 2017:

Evolução da actividade do Fundo *

Mês	Cat. A - EUR		Cat. B - EUR		Montante sob gestão
	Valor da UP	Nº de UP's	Valor da UP	Nº de UP's	
janeiro	5,8448 €	4.670.599	\$7,8240	301.415	29.491.740 €
fevereiro	5,8473 €	4.645.333	\$7,8344	301.214	29.389.888 €
março	5,8530 €	4.618.619	\$7,8377	292.994	29.180.833 €
abril	5,8538 €	4.612.530	\$7,8307	292.994	29.102.082 €
maio	5,8541 €	4.588.419	\$7,8428	292.994	28.909.379 €
junho	5,8568 €	4.459.654	\$7,8482	292.994	28.134.520 €

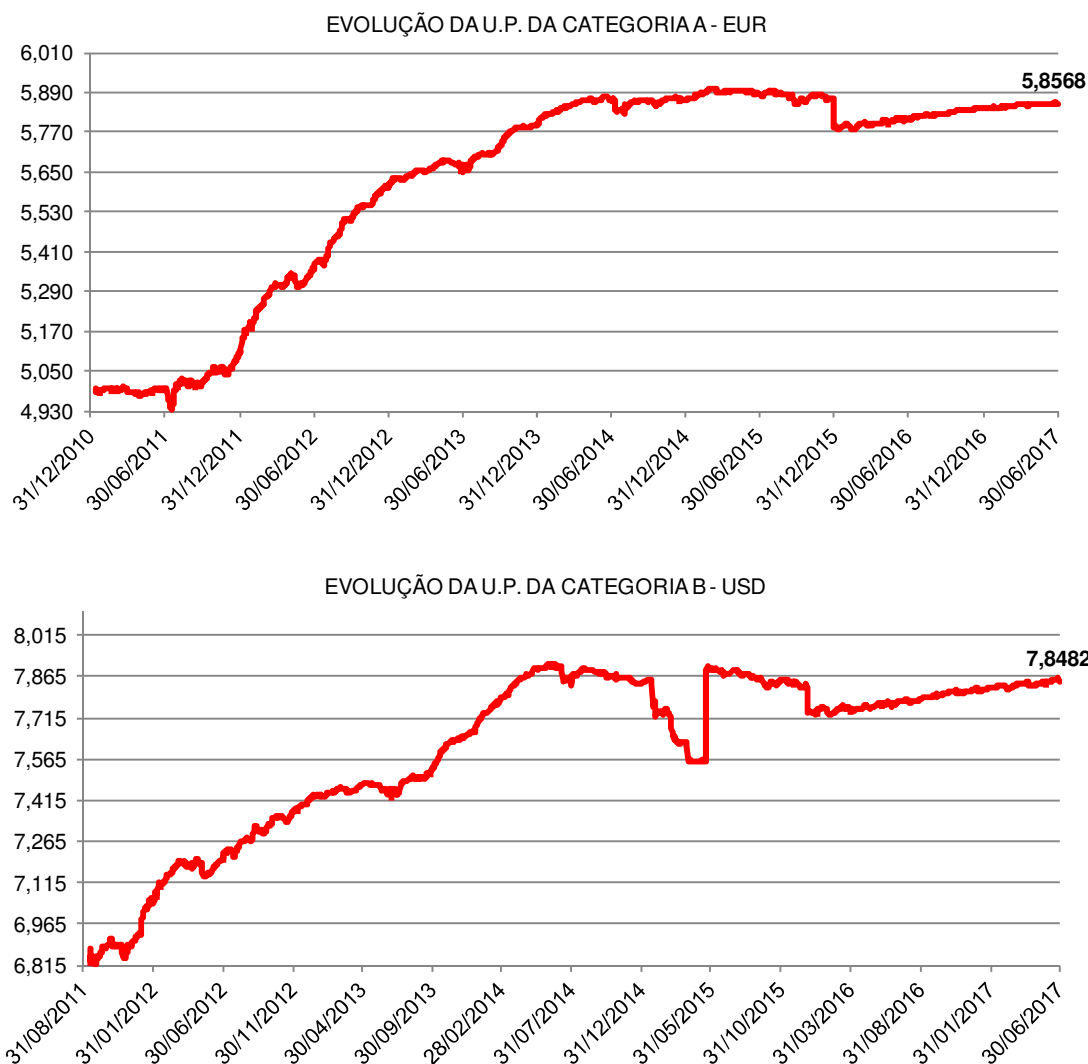
Valores de final de cada mês

Os quadros seguintes apresentam a evolução, nos três últimos anos, do número de unidades de participação em circulação, do valor da unidade de participação e do número de participantes:

Categoria A - EUR	30/06/17	2016	2015	2014
Nº UP's	4.459.654	4.749.927	7.236.614	12.576.102
Valor das UP's	5,8568 €	5,8425 €	5,7874 €	5,8692 €
Nº de Participantes	2198	2393	3401	4385

Categoria B - USD	30/06/17	2016	2015	2014
Nº UP's	292.994	304.066	404.626	759.867
Valor das UP's	\$7,8482	\$7,8249	\$7,7396	\$7,8409
Nº de Participantes	65	68	92	174

O valor das unidades de participação das categorias A e B tiveram a evolução descrita pelos gráficos seguidamente apresentados:



No período compreendido entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2017 os custos com comissões de gestão e de depósito ascenderam respetivamente a 72.489 EUR e 14.498 EUR. Relativamente aos custos e proveitos do Fundo, os mesmos ascenderam ao montante total de 455.747 EUR e 361.456 EUR respetivamente.

O quadro seguinte apresenta a evolução, nos últimos três anos, do total de proveitos e custos e comissões de gestão e depósito suportadas:

	30/06/17	2016	2015	2014
Volume total sob gestão	28.134.520 €	30.008.974 €	44.758.174 €	78.719.704 €
Proveitos (totais)	361.456 €	1.152.277 €	2.813.028 €	7.185.270 €
Custos (totais)	455.747 €	759.985 €	2.899.917 €	5.333.632 €
Comissão de gestão	72.489 €	173.254 €	431.189 €	795.206 €
Comissão de depósito	14.498 €	34.651 €	73.183 €	132.535 €
Comissões de transacção	2.118 €	5.139 €	7.773 €	7.814 €

2.4. RENDIBILIDADES E RISCO HISTÓRICO

A rentabilidade e risco do Fundo, nos últimos três anos, é a que se descreve seguidamente:

Categoria A - EUR				
	últ. 12 meses	2016	2015	2014
Rendibilidade	0,82%	0,95%	-1,39%	1,36%
Risco	1	2	2	2

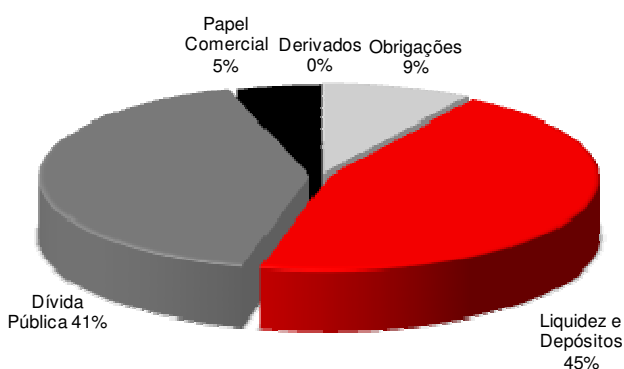
Categoria B - USD				
	últ. 12 meses	2016	2015	2014
Rendibilidade	1,15%	1,10%	-1,29%	2,34%
Risco	1	2	3	2

Acresce referir que dando cumprimento ao disposto no art. 71º do Regulamento nº 5/2013 da CMVM:

- a) a rentabilidade divulgada representa dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo);
- b) As rentabilidades apresentadas não incluem comissões de subscrição e/ou resgate e têm como base os valores das unidades de participação calculados no último dia de cada ano e apenas seriam obtidas se o investimento fosse efetuado durante a totalidade do período de referência;
- c) As rentabilidades históricas apresentadas são calculadas na divisa em que se encontra denominada cada uma das categorias de unidade de participação do Fundo.

2.5. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE APLICAÇÕES EM 30 DE JUNHO DE 2017

Principais activos em carteira	%
Dívida Pública ESPANHA 2017 07 30	12,37%
Dívida Pública ITÁLIA 2018 06 01	6,64%
Dívida Pública ITÁLIA 2018 10 15	5,73%
SAUDCR 2017 07 03	4,98%
Dívida Pública ESPANHA 2017 10 31	4,65%
	34,37%



Nota: O investimento em dívida pública inclui ativos detidos pelo fundo em dívida soberana, quasi-soberana e supranacional

2.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 30 de junho de 2017 as responsabilidades do Fundo, com instrumentos derivados apresentam o seguinte detalhe:

30 de junho de 2017							
Contrato	Data Início	Data Fim	Contraparte	Posição	Valor em USD	Valor em EUR	Valor de Mercado EUR
Forwards cambiais							
Compra de USD contra EUR	28/06/17	25/08/17	BEST	Compra	153.901,10	135.000,00	-487
Compra de USD contra EUR	28/06/17	25/08/17	MBCP	Compra	2.150.000,00	1.886.295,84	-7.232
							-7.719

30 de junho de 2017								
Contrato	Data Início	Data Fim	Contraparte	Quantidade	Posição	Valor de Mercado	Valor Ncional	Exposição
Futuros de taxa de juro								
EURBOBL 03/2017	01/06/17	07/09/17	BEST	8	Venda	131,7	1000	1.053.600

2.7. MOVIMENTOS OCORRIDOS NOS ATIVOS DO OICVM

Os movimentos ocorridos nos ativos do Fundo até 30 de junho de 2017 foram os que se seguidamente se discriminam:

Rubrica	Montante
Rendimento do investimento	233.185 €
Custos de gestão	72.489 €
Custos de depósito	14.498 €
Outros encargos, taxas e impostos	17.943 €
Custos de negociação	2.118 €
Aumento ou diminuição da conta de capital	-4.859.248 €
Lucro líquido	-94.291 €
Mais ou menos valias de investimento	-214.310 €
Alteração que afete os ativos e passivos	0 €

2.8. ALTERAÇÃO DO REGIME FISCAL APLICÁVEL AOS OIC

O Decreto-Lei nº 7/2015, de 13 de Janeiro, aprovou um novo regime fiscal aplicável aos OIC o qual entrou em vigor em 1 de Julho de 2015 que teve impacto na esfera de tributação dos fundos e dos participantes.

A tributação na esfera dos participantes, ao abrigo do novo regime, passou a assentar numa lógica de "tributação à saída". Assim, desde 1 de Julho de 2015, a tributação incide apenas sobre a parte dos rendimentos gerados a partir desta data sendo que a valia apurada no resgate ou transmissão onerosa da unidade de participação é dada pela diferença entre o valor de realização e o valor de aquisição / subscrição da unidade de

participação, exceto quanto a unidades de participação adquiridas / subscritas antes de 1 de julho de 2015, em que a valia apurada no resgate ou transmissão onerosa da unidade de participação, é dada pela diferença entre o valor de realização e o valor da unidade de participação que reflita o preço de mercado de 30 de junho de 2015 (salvo se o valor de aquisição tiver sido superior).

No âmbito do Fundo este passou a estar sujeito à taxa geral do Imposto sobre o Rendimento aplicável sobre o lucro tributável, o qual corresponde ao resultado líquido do exercício, deduzido dos rendimentos (e gastos) de capital, prediais e mais-valias obtidas, bem como dos rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam a seu favor.

Também sobre o OIC passou a incidir Imposto de Selo apurado sobre o ativo líquido do respetivo Fundo.

2.9. NOTAS FINAIS

O prospeto, o IFI (Informações Fundamentais destinadas aos Investidores) bem como o relatório anual e semestral, encontram-se à disposição de todos os interessados junto da sede da entidade gestora ou nos balcões do depositário.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora

Joaquim Maria Magalhães Luiz Gomes
Presidente

Nuno Miguel de Lemos Montes Pinto
Vogal

Pedro Miguel Fernandes e Fernandes
Vogal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

*Em 30 de junho de 2017
(montantes expressos em euros)*

BANCO BIC TESOURARIA - FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO

Designação	Quantidade	Preço unitário	Moeda	Juro Decorrido (EUR)	Valor Total (EUR)
A - Composição discriminada da carteira dos OIC					
1. INSTRUMENTOS FINANCEIROS NEGOCIADOS EM MERCADO REGULAMENTADO					
1.1 Mercados regulamentados nacionais					
1.1.1 Títulos de Dívida Pública					
GOVMAD 0 06/09/22	200.000	100,27%	EUR	156	200.690
1.1.2 Outros Fundos Públicos e Equiparados					
SAUDCR 0 06/20/22	1.400.000	100,01%	EUR	1.361	1.401.431
1.1.3 Obrigações diversas					
JOSEML 0 06/09/19	550.000	101,14%	EUR	1.160	557.408
MCPPL 0 07/14/19	100.000	98,25%	EUR	1.726	99.976
SONPL 0 06/12/18	600.000	100,50%	EUR	972	603.972
VERSE2 2.98 02/16/18	364.418	100,89%	EUR	422	368.084
VERSE3 1.99 02/12/19	310.914	101,38%	EUR	309	315.517
1.3 Mercados regulamentados de Estado-membro da UE					
1.3.1 Títulos de dívida pública					
BTPS 0.3 10/15/18	1.600.000	100,76%	EUR	997	1.613.189
BTPS 1.2 04/01/22	300.000	101,57%	EUR	888	305.598
BTPS 2.2 06/01/27	200.000	100,47%	EUR	349	201.295
BTPS 3 1/2 06/01/18	1.800.000	103,49%	EUR	4.992	1.867.776
CCTS Float 06/15/22	200.000	99,99%	EUR	24	200.012
CCTS 0 11/15/19	400.000	102,34%	EUR	506	409.870
SPGB 0 1/2 10/31/17	1.300.000	100,27%	EUR	4.310	1.307.755
SPGB 5 1/2 07/30/17	3.300.000	100,38%	EUR	166.582	3.479.023
1.3.2 Outros Fundos Públicos e Equiparados					
GENCAT 4 3/4 6/04/18	400.000	103,33%	EUR	1.353	414.689
GENCAT 4.95% 2/11/20	200.000	106,95%	EUR	3.770	217.678
1.3.3 Obrigações diversas					
BESPL 2 5/8 05/08/17	600.000	28,52%	EUR	0	171.102
EDP 4,875% 9/14/20	100.000	113,99%	EUR	3.860	117.847
SUGALG 4 1/4 10/27/2	300.000	102,27%	EUR	2.230	309.040
2. OUTROS VALORES					
2.3 Outros Instrumentos de dívida					
2.3.2 Papel comercial					
Jose Mello Saúde/15	300.000		EUR	101	300.101
NAVIGATOR1ºPRG2017/2	400.000		EUR	0	400.000
REN 1ºPRG 2013/100	500.000		EUR	27	500.027
REN 1ºPRG 2013/106	250.000		EUR	0	250.000

BANCO BIC TESOURARIA - FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO

(cont.)

Designação	Quantidade	Preço unitário	Moeda	Juro Decorrido (EUR)	Valor Total (EUR)
A - Composição discriminada da carteira dos OIC					
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS (cont.)					
7. LIQUIDEZ					
7.1 À vista					
7.1.2 Depósitos à ordem					
BANCOESPIRITOSA 0%			EUR	0	32
BARCL .05%			EUR	5	3.368.622
BBVA 0%			EUR	0	941
BEST 0%			EUR	0	364.197
BIC 0%			USD	0	3.571
BIG 0%			EUR	0	15.677
BPOP 0%			EUR	0	0
BST 0%			EUR	0	0
CGD 0%			EUR	0	746
7.2 A prazo					
7.2.1 Depósitos c/ pré aviso e a prazo					
BCP .25% 07-06-2017 07-06-2018			EUR	240	1.500.240
BCP .25% 10-05-2017 10-05-2018			EUR	1.417	4.001.417
BIC .5% 25-08-2016 25-08-2017			EUR	4.292	1.004.292
BIG .2% 06-06-2017 06-12-2017			EUR	67	500.067
CGD .1% 09-05-2017 09-05-2018			EUR	289	2.000.289
8. EMPRÉSTIMOS					
8.2. Descobertos					
BCP 0%			EUR	0	-55.046
BIC 0%			EUR	0	-93.701
9. OUTROS VALORES A REGULARIZAR					
9.1 Valores activos					
EURBOBL4	-8	131,70	EUR	0	9.920
Valores activos	17		EUR		17
9. OUTROS VALORES A REGULARIZAR					
9.2 Valores passivos					
Valores passivos	-43.620		EUR		-91.120
Valores passivos	2.303.908		USD		-7.719
B - Valor Líquido Global do Fundo:					28.134.519

BANCO BIC TESOURARIA - FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO

(cont.)

Designação	Quantidade	Preço unitário	Moeda	Juro Decorrido (EUR)	Valor Total (EUR)
C - Responsabilidades Extrapatrimoniais:					
10. OPERAÇÕES CAMBIAIS					
10.1.2 Fora de mercado regulamentado					
10.1.2.1 Forwards					
BCP 0% 28-06-2017 25-08-2017	2.150.000		USD		1.879.063
BEST 0% 28-06-2017 25-08-2017	153.908		USD		134.513
11. OPERAÇÕES SOBRE TAXA DE JURO					
11.1.1 Em mercado regulamentado					
11.1.1.1 Futuros					
EURBOBL4	-8	131,70	EUR		-1.053.600
D - Número de Unidades de Participação em Circulação:					4.752.647,5307
Categoria A - denominada em EUR					4.459.653,8988
Categoria B - denominada em USD					292.993,6319

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)

ATIVO								CAPITAL E PASSIVO				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2017				2016	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2017	2016
			Ativo bruto	Mais-valias	Menos-valias	Ativo líquido	Ativo líquido					
21	CARTEIRA DE TÍTULOS	3	14.413.067	32.764	(479.847)	13.965.984	16.132.148	61	CAPITAL DO FUNDO	1	23.765.248	28.132.218
26	Obrigações	3	1.450.000	-	-	1.450.000	499.874	62	Unidades de participação	1	(1.166.056)	(364.005)
	Outros instrumentos de dívida	3	15.863.067	32.764	(479.847)	15.415.984	16.632.022	64	Variações patrimoniais	1	5.629.619	5.237.327
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS							66	Resultados transitados	1	(94.291)	82.518
									Resultado líquido do período		28.134.520	33.088.058
	TERCEIROS								TOTAL DO CAPITAL DO FUNDO			
411+...+418	Contas de devedores		-	-	-	-	211.630					
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER		-	-	-	-	211.630					
								421	TERCEIROS	19	75.642	118.939
	DISPONIBILIDADES							423	Resgates a pagar aos participantes	19	53.780	67.509
12	Depósitos à ordem	3	4.135.723	-	-	4.135.723	9.266.660	424+...+429	Comissões a pagar	19	437.358	222.525
13	Depósitos a prazo e com pré-aviso	3	9.000.000	-	-	9.000.000	7.100.000	43+12	Outras contas de credores	19	55.002	-
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES		13.135.723	-	-	13.135.723	16.366.660		Empréstimos obtidos		621.782	408.973
									TOTAL DOS VALORES A PAGAR			
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
51	Acréscimos de proveitos	18	70.236	-	-	70.236	164.596	55	Acréscimos de custos	11	44	-
52	Despesas com custo diferido	18	132.201	-	-	132.201	70.676	58	Outros acréscimos e diferimentos		7.718	6.420
58	Outros acréscimos e diferimentos	18	9.920	-	-	9.920	50.744		TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS		7.762	6.420
59	Contas transitórias		-	-	-	-	7.123					
	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS		212.357	-	-	212.357	293.139					
									TOTAL DO PASSIVO		629.544	415.393
	TOTAL DO ATIVO		29.211.147	32.764	(479.847)	28.764.064	33.503.451		TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO		28.764.064	33.503.451
Número total de unidades de participação em circulação em EUR		1	4.459.653,8988				5.282.020,5745	Valor unitário da unidade de participação em EUR		1	5,8568	5,8091
Número total de unidades de participação em circulação em USD		1	292.993,6319				343.950,4747	Valor unitário da unidade de participação em USD		1	7,8482	7,7590

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS									
DIREITOS SOBRE TERCEIROS					RESPONSABILIDADES SOBRE TERCEIROS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2017	2016	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2017	2016
912	OPERAÇÕES CAMBIAIS A prazo (Forwards cambiais)	11	2.013.576	2.099.334	912	OPERAÇÕES CAMBIAIS A prazo (Forwards cambiais)	11	2.013.576	2.099.334
			2.013.576	2.099.334				2.013.576	2.099.334
925	OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO Futuros	12	1.053.600	801.600	925	OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO Futuros	12	1.053.600	801.600
			1.053.600	801.600				1.053.600	801.600
	TOTAL DOS DIREITOS		3.067.176	2.900.934		TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		3.067.176	2.900.934

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)

CUSTOS E PERDAS					PROVEITOS E GANHOS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Nota	2017	2016	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2017	2016
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES					PROVEITOS E GANHOS CORRENTES			
	Juros e custos equiparados					Juros e proveitos equiparados			
711+718	De operações correntes		4.402	3	812+813	Da carteira de títulos e outros ativos		202.840	300.590
	Comissões e taxas				811+814+817+818	Outros, de operações correntes		30.345	88.001
722+723	Da carteira de títulos e outros ativos		1.932	2.599		Ganhos em operações financeiras			
724+...+728	Outras, de operações correntes	15	97.417	119.613	832+833	Na carteira de títulos e outros ativos		62.145	153.995
729	De operações extrapatrimoniais		186	187	831+838	Outras, de operações correntes		27.112	5.567
	Perdas em operações financeiras				839	Em operações extrapatrimoniais		38.979	130.380
732+733	Na carteira de títulos e outros ativos		144.763	267.984	87	Outros proveitos e ganhos correntes		35	1
731+738	Outras, de operações correntes		1.578	4.927		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)		361.456	678.534
739	Em operações extrapatrimoniais		196.205	189.894					
	Impostos					PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS			
7412+7422	Impostos indiretos		7.513	9.183	888	Outros proveitos e ganhos eventuais		-	-
751	Outros custos e perdas correntes		1.751	1.626		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)		-	-
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)		455.747	596.016					
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)		-	82.518	66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)		94.291	-
	TOTAL		455.747	678.534		TOTAL		455.747	678.534
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da carteira de títulos		118.290	184.002	D-C	Resultados eventuais		-	-
8x9-7x9	Resultados das operações extrapatrimoniais		(157.412)	(59.701)	B+D-A-C+74	Resultados antes de impostos		(86.778)	91.701
B-A	Resultados correntes		(94.291)	82.518	B+D-A-C+7411/8+7421/8	Resultado líquido do período		(94.291)	82.518

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)

	2017	2016
<u>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC</u>		
Recebimentos:		
Subscrições de unidades de participação	781.303	244.454
Pagamentos		
Resgates de unidades de participação	(2.499.180)	(12.286.358)
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC	(1.717.877)	(12.041.904)
<u>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS</u>		
Recebimentos:		
Venda de títulos	2.374.853	2.735.831
Reembolso de títulos e outros ativos	20.993.234	14.091.638
Juros e proveitos similares recebidos	298.111	387.971
Outros recebimentos relacionados com a carteira	25.900	92.571
Pagamentos:		
Compra de títulos	(22.747.092)	(11.193.221)
Outras taxas e comissões	(1.932)	(2.599)
Outros pagamentos relacionados com a carteira	(47.559)	-
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos	895.515	6.112.191
<u>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</u>		
Pagamentos		
Operações cambiais	(115.201)	(98.292)
Operações de taxa de juro	(9.841)	(2.400)
Outros pagamentos operações a prazo e de divisas	(186)	(187)
Fluxo das operações a prazo e de divisas	(125.228)	(100.879)
<u>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</u>		
Recebimentos:		
Juros de depósitos bancários	62.717	292.677
Pagamentos:		
Comissão de gestão	(75.175)	(121.329)
Comissão de depósito	(15.035)	(13.213)
Juros devedores de depósitos bancários	(4.612)	(3)
Impostos e taxas	(10.970)	(31.142)
Outros pagamentos correntes	(8.025)	(7.897)
Fluxo das operações de gestão corrente	(51.100)	119.093
Disponibilidades no início do período	14.079.411	22.278.159
Saldo dos fluxos de caixa do período	(998.690)	(5.911.499)
Disponibilidades e descobertos no fim do período	13.080.721	16.366.660

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

INTRODUÇÃO

O “Banco BIC Tesouraria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto” (adiante igualmente designado por “Fundo” ou “OIC”), foi autorizado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) em 9 de dezembro de 2010, tendo iniciado a sua atividade em 10 de janeiro de 2011.

Após deliberação do Conselho de Administração da CMVM de 27 de julho de 2017, o Fundo alterou a sua denominação para “EuroBic Tesouraria – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto”.

É um Fundo aberto de tesouraria, constituído por tempo indeterminado, e tem como principal objetivo proporcionar aos seus participantes o acesso a uma carteira de ativos de curto prazo procurando um nível de rentabilidade próximo das taxas de juro dos mercados monetários, através do investimento efetuado maioritariamente em instrumentos de baixa volatilidade e de curto prazo, designadamente, certificados de depósito, depósitos e aplicações nos mercados interbancários, bilhetes do tesouro, papel comercial, obrigações e outros instrumentos de dívida de natureza equivalente.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Dunas Capital - Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco BIC Português, S.A. (EuroBIC).

O Fundo foi inicialmente constituído por unidades de participação denominadas em euros. No entanto foi autorizada por deliberação do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 7 de setembro de 2011, a categorização das unidades de participação passando o Fundo a ser constituído por duas categorias:

- i. Categoria A – denominada em euros;
- ii. Categoria B – denominada em dólares dos Estados Unidos da América (USD).

A comercialização das unidades de participação da Categoria B iniciou-se no dia 13 de setembro de 2011.

O valor inicial da unidade de participação da Categoria B resultou da conversão do valor da unidade de participação da Categoria A ao fixing do câmbio EUR/USD do dia 13 de setembro de 2011.

As unidades de participação da Categoria A e as unidades de participação da Categoria B podem apresentar valorizações distintas, em virtude de existirem custos e proveitos especificamente relacionados com cada uma dessas categorias. A diferença na valorização das duas categorias de unidades de participação reside, fundamentalmente, na cobertura de risco cambial que é realizada nas unidades de participação da Categoria B, denominadas em dólares dos Estados Unidos.

Assim, todos os custos e proveitos relacionados com a referida cobertura do risco cambial são imputados especificamente às unidades de participação da Categoria B, para efeitos de valorização das mesmas.

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. CAPITAL DO FUNDO

O capital do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcionalmente ao número de unidades que representam. O valor da unidade de participação para efeitos de constituição do Fundo foi de cinco euros (unidade de participação da categoria A denominada em euros).

As unidades de participação da categoria B denominada em USD iniciaram a sua comercialização no dia 13 de setembro de 2011, tendo o seu valor inicial resultado da conversão do valor da unidade de participação da Categoria A ao fixing do câmbio euros/USD do próprio dia.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição e de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia do pedido e divulgado no dia seguinte, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O movimento ocorrido no capital do Fundo em cada uma das categorias, durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, foi como segue:

Categoria A						
	Valor base	Diferença para o valor base	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total	Número de unidades de participação em circulação
Saldos em 31 de dezembro de 2016	23.749.637	(236.696)	3.943.733	295.119	27.751.793	4.749.927,4754
Subscrições	647.047	110.231	-	-	757.278	129.409,4038
Resgates	(2.098.415)	(357.335)	-	-	(2.455.750)	(419.682,9804)
Resultados transitados	-	-	295.119	(295.119)	-	-
Resultado líquido do período	-	-	-	66.226	66.226	-
Saldos em 30 de junho de 2017	22.298.269	(483.800)	4.238.852	66.226	26.119.547	4.459.653,8988

Categoria B						
	Valor base	Diferença para o valor base	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total	Número de unidades de participação em circulação
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.522.417	(656.003)	1.293.594	97.173	2.257.181	304.065,8963
Subscrições	800	375	-	-	1.175	159,8383
Resgates	(56.238)	(26.628)	-	-	(82.866)	(11.232,1027)
Resultados transitados	-	-	97.173	(97.173)	-	-
Resultado líquido do período	-	-	-	(160.517)	(160.517)	-
Saldos em 30 de junho de 2017	1.466.979	(682.256)	1.390.767	(160.517)	2.014.973	292.993,6319

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Montantes expressos em Euros)

Em 30 de junho de 2017, o valor unitário das unidades de participação da Categoria B em euros e USD é o que se apresenta:

Valor unitário das unidades de participação em euros	6,8771
Câmbio EUR/USD	1,1412
Valor unitário das unidades de participação em USD	<u>7,8482</u>

Em 30 de junho de 2017, existiam 12.913,8584 unidades de participação da Categoria A com pedidos de resgate em curso, no montante de 75.642 euros (Nota 19).

Em 30 de junho de 2017, foram subscritas 4.055,1154 unidades de participação da Categoria A as quais se encontravam pendentes de emissão, no montante de 23.750 euros (Nota 19).

O valor líquido global do Fundo, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação no último dia de cada mês do período findo em 30 de junho de 2017 foram os seguintes:

Meses	Valor líquido Global do Fundo	Valor da unidade de participação		Número de unidades de participação em circulação	
		Categoria A em EUR	Categoria B em USD	Categoria A	Categoria B
janeiro	29.491.740	5,8448	7,8240	4.670.598,6194	301.415,1669
fevereiro	29.389.888	5,8473	7,8344	4.645.332,7544	301.214,3642
março	29.180.833	5,8530	7,8377	4.618.618,9448	292.993,6319
abril	29.102.082	5,8538	7,8307	4.612.530,4347	292.993,6319
maio	28.909.379	5,8541	7,8428	4.588.418,5705	292.993,6319
junho	28.134.520	5,8568	7,8482	4.459.653,8988	292.993,6319

Em 30 de junho de 2017, o número de participantes em função do valor líquido global do Fundo apresenta o seguinte detalhe:

	Categoria A	Categoria B
Superior a 25%	1	1
Entre 10% e 25%	-	-
Entre 5% e 10%	1	1
Entre 2% e 5%	-	5
Entre 0,5% e 2%	9	12
Até 0,5%	<u>2.187</u>	<u>46</u>
	<u>2.198</u>	<u>65</u>

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

O detalhe da carteira de títulos em 30 de junho de 2017 é apresentado no Anexo I.

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 foi o seguinte:

	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo e com pré-aviso	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2016	5.979.411	8.100.000	14.079.411
. Aumentos	-	900.000	900.000
. Reduções	(1.843.688)	-	(1.843.688)
SalDOS em 30 de junho de 2017	<u>4.135.723</u>	<u>9.000.000</u>	<u>13.135.723</u>

Em 30 de junho de 2017, os depósitos encontram-se domiciliados nas seguintes instituições e apresentam, a seguinte composição por moeda:

	Moeda	Montante
Bankinter	EUR	3.368.617
EuroBIC	EUR	381.940
Banco Best	EUR	364.198
Outras instituições	EUR	<u>17.397</u>
		<u>4.132.152</u>
EuroBIC	USD	<u>3.571</u>
		<u>4.135.723</u>

Em 30 de junho de 2017, os depósitos à ordem não eram remunerados, com exceção do saldo de depósitos à ordem no Bankinter, para montantes superiores a 300.000 euros, o qual é remunerado a uma taxa de juro anual bruta de 0,05%.

Na mesma data, os depósitos a prazo (todos denominados em euros) encontram-se domiciliados nas seguintes instituições:

	Montante
Millennium BCP	5.500.000
CGD	2.000.000
EuroBIC	1.000.000
BIG	<u>500.000</u>
	<u>9.000.000</u>

Em 30 de junho de 2017, os depósitos a prazo vencem juros à taxa média anual bruta de 0,24% e têm o seu vencimento no segundo semestre de 2017 e no primeiro semestre de 2018, nos montantes de 1.500.000 euros e 7.500.000 euros, respetivamente.

Em 30 de junho de 2017, o Fundo detém um descoberto bancário de 55.046 Dólares dos Estados Unidos (55.002 euros) no Millennium BCP.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros corridos relativos a títulos adquiridos são registados na rubrica “Despesas com custo diferido” (Nota 18), atendendo a que a periodificação dos juros a receber é efetuada apenas a partir da data de aquisição dos respetivos títulos.

b) Reconhecimento de juros de aplicações

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

c) Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas, na data da transação, pelo seu valor efetivo de aquisição.

Os valores mobiliários em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível de mercado, de acordo com as seguintes regras:

- i. Os valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados são valorizados diariamente com base na última cotação disponível no momento de referência. Caso não exista cotação nesse dia, utiliza-se a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos últimos quinze dias;
- ii. Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base nas ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, ao valor médio das ofertas de compra “BID” difundidas pelos sistemas internacionais de informação de cotações, tais como, a Bloomberg. Alternativamente, a cotação pode ser obtida através de modelos teóricos de avaliação de obrigações; e
- iii. Os outros valores representativos de dívida de curto prazo, na falta de preços de mercado, são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

As mais e menos-valias líquidas apuradas de acordo com os critérios de valorização descritos anteriormente, são reconhecidas na demonstração dos resultados do período nas rubricas de “Ganhos/Perdas em operações financeiras - na carteira de títulos e outros ativos”, por contrapartida das rubricas “Mais-valias” e “Menos-valias” do ativo.

Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

d) Valorização das unidades de participação

O valor da unidade de participação de cada uma das categorias (Categoria A denominada em euros e Categoria B denominada em USD) é calculado diariamente dividindo o valor do capital do Fundo afeto a cada uma das categorias pelo número de unidades de participação em circulação de cada uma das categorias.

O valor do capital do OIC afeto a cada uma das categorias é calculado da seguinte forma:

- Categoria A: corresponde ao valor líquido global da carteira do Fundo, deduzindo dos custos e/ou proveitos acumulados dos instrumentos financeiros derivados, afetos exclusivamente à classe em USD, e respetivas despesas; e
- Categoria B: corresponde ao valor líquido global da carteira do Fundo, incluindo os custos e/ou proveitos acumulados dos instrumentos financeiros derivados afetos exclusivamente a esta classe e respetivas despesas.

O capital do Fundo corresponde ao somatório das rubricas de unidades de participação, variações patrimoniais, resultados transitados e resultado líquido do período.

A rubrica “Variações patrimoniais” resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

e) Comissão de gestão e de depositário

A comissão de gestão e a comissão de depositário constituem um encargo do Fundo a título de remuneração de serviços a si prestados.

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, estas comissões são calculadas diariamente, por aplicação de uma taxa fixa anual de 0,75% para a comissão de gestão e de 0,125% para a comissão de depositário, sobre o valor diário do património líquido do Fundo.

Transitoriamente, entre 1 de novembro de 2015 e 30 de junho de 2017 (inclusive), as comissões de gestão e de depósito foram reduzidas para 0,5% e 0,1%, respetivamente.

A comissão de gestão e a comissão de depositário são liquidadas trimestralmente, através da aplicação das percentagens acima definidas, sendo registadas na rubrica “Comissões e taxas – Outras, de operações correntes” da demonstração dos resultados, por contrapartida da rubrica “Comissões a pagar” do balanço.

f) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários constitui um encargo do Fundo. Esta remuneração é calculada por aplicação de uma taxa sobre o valor global do Fundo no final de cada mês. A taxa mensal aplicável ascende a 0,0012%, com um limite mensal mínimo e máximo de 100 euros e 12.500 euros, respetivamente.

g) Operações com contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de futuros, realizados em mercados organizados, são refletidas em rubricas extrapatrimoniais. Estas operações são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas “Ganhos/Perdas em operações financeiras – Em operações extrapatrimoniais”.

A margem inicial, bem como os eventuais reforços do seu valor (ajustamentos de cotações) são registados na rubrica “Disponibilidades – Depósitos à ordem”.

h) Operações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para euros com base no câmbio indicativo para as operações à vista (fixing) divulgado pelo Banco de Portugal na data de encerramento do Balanço. Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação cambial são registados como proveitos e custos do período, respetivamente.

Os contratos de fixação de câmbio são reavaliados com base na taxa de juro em vigor para as diferentes moedas e prazos residuais das operações, sendo as mais e menos valias apuradas registadas na demonstração dos resultados do período em “Ganhos/Perdas em operações financeiras – Em operações extrapatrimoniais” por contrapartida de “Outros acréscimos e diferimentos”, ativos ou passivos.

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Até 30 de junho de 2015, os rendimentos obtidos pelos fundos de investimento mobiliário que se constituíssem e operassem de acordo com a legislação nacional eram tributados autonomamente ou através de retenção na fonte como se de pessoas singulares se tratassem em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Regime fiscal aplicável a partir de 1 de julho de 2015

O Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro, veio aprovar o novo regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo, incluindo os fundos de investimento mobiliário.

O novo regime assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação tem essencialmente impacto na esfera dos participantes. Este regime introduz ainda uma taxa de 0,0125%, em sede de Imposto do Selo, incidente sobre o valor líquido global dos organismos de investimento coletivo que não invistam exclusivamente em instrumentos do mercado monetário e depósitos (a taxa é de 0,0025% nos organismos que invistam exclusivamente nestes produtos financeiros).

Os fundos de investimento mobiliário são sujeitos à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido, expurgado, contudo, dos rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, com exclusão dos provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças.

Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

O novo regime entrou em vigor a 1 de julho de 2015, tendo previsto um regime transitório, através do qual:

- Os fundos de investimento mobiliário apuraram, com referência a 30 de junho de 2015, o imposto devido, de acordo com as regras em vigor até essa data, e procederam à sua entrega até 29 de outubro de 2015;
- As mais-valias e menos-valias relativas a valores mobiliários adquiridos antes de 1 de julho de 2015, foram apuradas e tributadas, na esfera dos fundos, nos termos do regime em vigor até 30 de junho de 2015, considerando-se como valor de realização o seu valor de mercado a 30 de junho de 2015.

No entanto, o correspondente imposto deverá ser apenas entregue no âmbito da declaração de rendimentos correspondente ao período de tributação em que aqueles ativos sejam resgatados, reembolsados, amortizados, liquidados ou transmitidos, sendo a diferença entre o valor da contraprestação obtida e o valor de mercado a 30 de junho de 2015 tratada para efeitos fiscais, nos termos do novo regime (i.e. não concorre para a formação do lucro tributável uma vez que se trata de um rendimento previsto no artigo 10.º do Código do IRS).

De referir que a Autoridade Tributária (AT) veio clarificar através da Circular n.º 6/2015, de 17 de junho de 2015, que o imposto apurado, à taxa de 25%, sobre o saldo líquido positivo das mais ou menos-valias potenciais, existentes a 30 de junho de 2015, é definitivo. De facto, segundo a AT, o IRC estimado sobre este saldo corresponde ao imposto a ser entregue no futuro (à medida que se realizem as mais ou menos-valias potenciais a 30 de junho de 2015), uma vez que o mesmo corresponderá a uma proporção do IRC estimado, baseado na proporção das mais-valias realizadas em cada ano face ao somatório das mais-valias potenciais (apenas mais-valias) existentes a 30 de junho de 2015.

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 30 de junho de 2017, a cobertura do capital do Fundo da classe em dólares dos Estados Unidos é a que se apresenta:

Moedas	Valor da carteira (Nota 1)	Posição cambial				Posição Global
		A Prazo				
		Forward	Futuros	Opções	Total	
USD	2.299.494	(2.303.908)	-	-	(2.303.908)	(4.414)
Contravalor em euros	2.014.973	(2.013.576)	-	-	(2.013.576)	1.397

Em 30 de junho de 2017, a rubrica do ativo “Outros acréscimos e diferimentos” refere-se ao efeito da reavaliação negativa dos contratos de forwards cambiais em aberto, no montante de 7.718.

Em 30 de junho de 2017, o Fundo detinha ainda depósitos à ordem e descobertos bancários, nos montantes de 3.571 euros e 55.002 euros, respetivamente, expressos em dólares dos Estados Unidos (Nota 3).

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2017, os prazos residuais até à data de vencimento dos ativos com taxa de juro fixa apresentam a seguinte composição (inclui juros corridos):

Maturidade	Valor de balanço	Extrapatrimoniais			
		Forwards	Futuros	Total	Saldo
Até 1 ano	18.064.861	-	(1.053.600)	(1.053.600)	17.011.261
De 1 a 3 anos	2.556.254	-	-	-	2.556.254
De 3 a 5 anos	2.133.915	-	-	-	2.133.915
De 5 a 9 anos	201.295	-	-	-	201.295
	<u>22.956.325</u>	<u>-</u>	<u>(1.053.600)</u>	<u>(1.053.600)</u>	<u>21.902.725</u>

Nesta data, o Fundo detém os seguintes contratos de futuros sobre taxa de juro em aberto:

Tipo de contrato	Quantidade	Compra/ Venda	Valor de mercado	Valor nacional	Exposição
EURBOBL4 / 09072017	8	Venda	131,7	1.000	1.053.600

Em 30 de junho de 2017, a rubrica do ativo de “Outros acréscimos e diferimentos” refere-se ao efeito da reavaliação positiva dos contratos de futuros de taxa de juro em aberto, no montante de 9.920 euros (Nota 18).

15. ENCARGOS IMPUTADOS

Os encargos imputados ao Fundo no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, apresentam o seguinte detalhe:

Encargos	Valor	%VLGF ⁽¹⁾
Comissão de gestão fixa	72.489	0,50%
Comissão de depósito	14.498	0,10%
Taxa de supervisão	2.091	0,01%
Custos de auditoria	8.339	0,06%
Total de custos imputados ao Fundo	97.417	
Valor médio líquido global do Fundo	29.207.553	
Taxa de encargos correntes (TEC)	0,33%	

⁽¹⁾ Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência.

As taxas acima apresentadas encontram-se anualizadas.

Nos termos do Regulamento da CMVM n.º 2/2015, de 12 de junho, a taxa de encargos correntes consiste no quociente entre a soma da comissão de gestão fixa, a comissão de depósito, a taxa de supervisão, os custos de auditoria e os outros custos correntes, num dado período, e o valor médio líquido global do Fundo nesse mesmo período. Adicionalmente, o cálculo da taxa de encargos correntes de um Fundo que estime investir mais de 30% do seu valor líquido global noutros fundos, inclui as taxas de encargos correntes dos fundos em que invista. Por outro lado, a taxa de encargos correntes não inclui os seguintes encargos: (i) componente variável da comissão de gestão; (ii) custos de transação não associados à aquisição, resgate ou transferência de unidades de participação; (iii) juros suportados; e (iv) custos relacionados com a detenção de instrumentos financeiros derivados.

18. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - ATIVO

Em 30 de junho de 2017, esta rubrica têm a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:	
. Juros da carteira de títulos (Nota 3)	63.893
. Juros de disponibilidades	6.308
. Outros acréscimos e proveitos	35
	<u>70.236</u>
 Despesas com custo diferido - . Juros da carteira de títulos (Nota 3)	 132.201
Outros acréscimos e diferimentos (Nota 12)	9.920
	<u>212.357</u>

19. TERCEIROS - PASSIVO

Em 30 de junho de 2017, esta rubrica têm a seguinte composição:

Resgates a pagar aos participantes (Nota 1)	<u>75.642</u>
 Comissões a pagar:	
. Comissão de gestão	36.125
. Comissão de depósito	7.225
. Custos de auditoria	8.339
. Outras	2.091
	<u>53.780</u>
 Outras contas de credores:	
. Credores por compra de títulos	400.000
. Imposto sobre mais valias potenciais (Nota 9)	10.018
. Imposto do Selo	3.590
. Unidades de participação a emitir (Nota 1)	23.750
	<u>437.358</u>
Empréstimos obtidos (Nota 3)	55.002
	<u>621.782</u>

A rubrica “Resgates a pagar aos participantes” refere-se aos resgates realizados nos últimos dias do mês de junho de 2017 e que se encontram pendentes de liquidação financeira.

O saldo da rubrica “Credores por compra de títulos” refere-se ao montante a liquidar resultante da compra de títulos cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias de julho de 2017.

Em 30 de junho de 2017, a rubrica “Unidades de participação a emitir” refere-se às subscrições efetuadas nos dias 29 e 30 de junho de 2017 e que se encontram pendentes de emissão. O valor das subscrições é creditado na conta de depósitos à ordem do Fundo junto do EuroBIC no dia em que são efetuadas.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Em conformidade com o artigo 161º da Lei 16/2015, de 24 de fevereiro, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, não se verificaram erros de valorização.

ANEXO I

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 30 DE JUNHO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

	Custo de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor de mercado	Juro corrido (Nota 18)	Valor de balanço
Valores Mobiliários Cotados:						
Mercado de Bolsa Nacional						
Outros Fundos Públicos e Equiparados						
SAUDCR 0 06/20/22	1.400.000	70	-	1.400.070	1.361	1.401.431
GOVMAD 0 06/09/22	200.000	534	-	200.534	156	200.690
	1.600.000	604	-	1.600.604	1.517	1.602.121
Obrigações Diversas						
SONPL 0 06/12/18	602.875	125	-	603.000	972	603.972
JOSEML 0 06/09/19	550.000	6.248	-	556.248	1.160	557.408
VERSE2 2.98 02/16/18	364.418	3.243	-	367.661	422	368.084
VERSE3 1.99 02/12/19	310.914	4.294	-	315.207	309	315.517
MCPPL 0 07/14/19	102.000	-	(3.750)	98.250	1.726	99.976
	1.930.207	13.910	(3.750)	1.940.367	4.590	1.944.957
Outros instrumentos de dívida						
REN 1ºPRG 2013/100	500.000	-	-	500.000	27	500.027
NAVIGATOR1ºPRG2017/2	400.000	-	-	400.000	-	400.000
Jose Mello Saúde/15	300.000	-	-	300.000	101	300.101
REN 1ºPRG 2013/106	250.000	-	-	250.000	-	250.000
	1.450.000	-	-	1.450.000	128	1.450.128
Mercado de Bolsa de Estados Membros UE						
Títulos de Dívida Pública						
Obrigações						
SPGB 5 1/2 07/30/17	3.357.510	-	(45.069)	3.312.441	166.582	3.479.023
BTPS 3 1/2 06/01/18	1.872.990	-	(10.206)	1.862.784	4.992	1.867.776
BTPS 0.3 10/15/18	1.610.739	1.453	-	1.612.192	997	1.613.189
SPGB 0 1/2 10/31/17	1.305.448	-	(2.003)	1.303.445	4.310	1.307.755
CCTS 0 11/15/19	409.000	364	-	409.364	506	409.870
BTPS 1.2 04/01/22	300.495	4.215	-	304.710	888	305.598
BTPS 2.2 06/01/27	197.779	3.167	-	200.946	349	201.295
CCTS Float 06/15/22	200.430	-	(442)	199.988	24	200.012
	9.254.391	9.199	(57.720)	9.205.870	178.646	9.384.516
Outros Fundos Públicos e Equiparados						
GENCAT 4 3/4 6/04/18	426.065	-	(12.729)	413.336	1.353	414.689
GENCAT 4.95% 2/11/20	213.154	754	-	213.908	3.770	217.678
	639.219	754	(12.729)	627.244	5.124	632.368
Obrigações diversas:						
SUGALG 4 1/4 10/27/2	300.000	6.810	-	306.810	2.230	309.040
BESPL 2 5/8 05/08/17	576.750	-	(405.648)	171.102	-	171.102
EDP 4,875% 9/14/20	112.500	1.487	-	113.987	3.860	117.847
	989.250	8.297	(405.648)	591.899	6.089	597.988
	15.863.067	32.764	(479.847)	15.415.984	196.094	15.612.078

**BANCO BIC TESOURARIA
FUNDO DE INVESTIMENTO
MOBILIÁRIO ABERTO**

**Demonstrações Financeiras em
30 de junho de 2017 acompanhadas
do Relatório de Auditoria**

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em Euros)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco BIC Tesouraria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto ("Fundo" ou "OIC"), gerido pela Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Sociedade Gestora), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2017 (que evidencia um total de 28.764.064 euros e um total do capital do Fundo de 28.134.520 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 94.291 euros), a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Banco BIC Tesouraria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, gerido pela Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. em 30 de junho de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

Valorização das obrigações (Notas 3 e 4 c))

<p>O Fundo valoriza os valores mobiliários em carteira ao seu valor de mercado, ou presumível valor de mercado de acordo com as regras descritas na Nota 4 c) do Anexo às demonstrações financeiras.</p> <p>A valorização das obrigações em carteira, devido à natureza ilíquida de alguns destes investimentos, requer a aplicação de julgamento do órgão de gestão da Sociedade Gestora, nomeadamente na definição das fontes de valorização a considerar. Tendo em conta este aspeto e que o investimento em obrigações representa cerca de 49% do total do ativo líquido, a valorização destes ativos foi considerada como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Analisámos os procedimentos de controlo interno relevantes implementados pela Sociedade Gestora relativos à valorização das obrigações.</p> <p>Analisámos a razoabilidade das cotações utilizadas pela Sociedade Gestora para a valorização das obrigações em carteira em 30 de junho de 2017. Esta análise incluiu o teste às cotações consideradas pela Sociedade Gestora e a sua comparação com outros preços publicados na <i>Bloomberg</i> por outros contribuidores.</p>
--	---

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório em que conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é garante que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se puder razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito pelo controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Sociedade Gestora;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Sociedade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização da Sociedade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 31 de agosto de 2017



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por José António Mendes Garcia Barata, ROC